

O Mercado de Trabalho na Pandemia: Um Balanço Preliminar

HÉLIO ZYLBERSTAJN (*)

Este texto oferece algumas constatações sobre o comportamento do mercado de trabalho durante a pandemia. Infelizmente, quando foi escrito, os dados utilizados cobriam o período pandêmico até o mês de agosto (Pnad Contínua) ou setembro (Caged), quando já havia indícios de recuperação. É muito provável que estas fontes mostrarão o curso da recuperação, quando períodos mais recentes estiverem disponíveis. O texto se

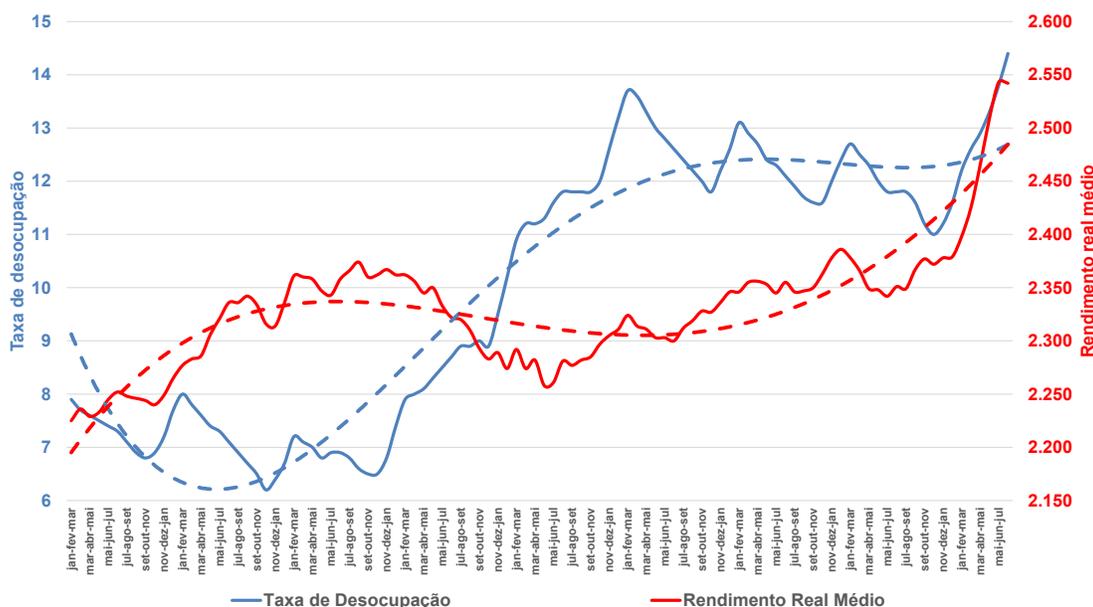
divide em quatro partes: (a) a desocupação e o “iceberg” da não ocupação; (b) impactos da pandemia nos segmentos formal e informal; (c) a negociação coletiva e individual dos empregos CLT e (d) algumas considerações finais.

1 A Desocupação Que Se Vê e a Que Não Se Vê¹

A abordagem padrão sobre a desocupação é mostrada no Gráfico 1,

que cobre todo o período de existência da Pnad Contínua, iniciado no primeiro trimestre de 2012. A taxa de desocupação manteve sua trajetória de queda (que havia se iniciado antes de 2012) até 2014, quando então teve início a recessão da qual começamos a nos recuperar em 2017. O gráfico mostra os movimentos simetricamente previsíveis da taxa de desocupação e do rendimento médio do trabalho.²

Gráfico 1 – Taxa de Desocupação (%) e Rendimento Real Médio (R\$)
PNAD/IBGE – Jan-Fev-Mar/2012 a Jun-Jul-Ago 2020



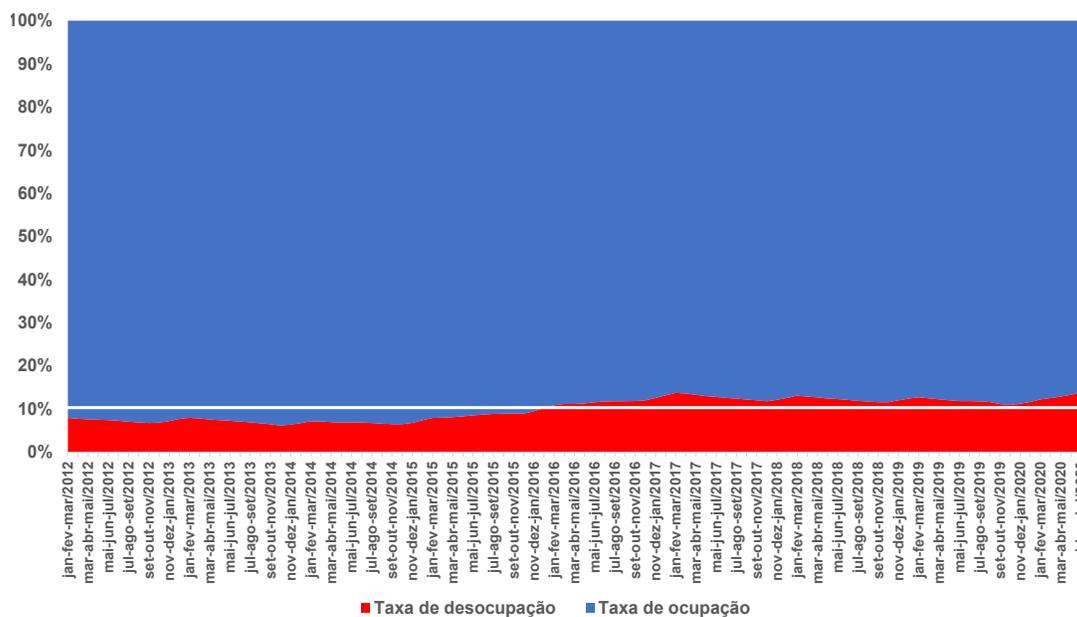
Talvez o leitor estranhe o comportamento final das duas curvas, ambas ascendentes no período da pandemia. Mas é fácil explicar: na pandemia, houve muitos desligamentos e alguns dos desligados permaneceram no mercado à procura de algum trabalho, o que os caracteriza como desocupados, e daí o crescimento da taxa de desocupação. Como veremos a seguir, os primeiros a se desligar foram, em grande medida, os

informais, que, via de regra, têm rendimentos menores que os formais. Permaneceram ocupados os que têm rendimentos maiores, o que explica o crescimento do rendimento médio, simultâneo ao crescimento da desocupação. Trata-se de um efeito estatístico.

O Gráfico 2 a seguir é um desdobramento da curva de desocupação do Gráfico 1, apresentando dois espaços: o azul – dos

ocupados – e o vermelho – dos desocupados. Vemos que o espaço vermelho se mantém abaixo da fronteira dos 10%, ultrapassando este limiar em alguns momentos e, mais particularmente, agora na pandemia. Vista dessa maneira, a dicotomia ocupação x desocupação é bastante suavizada. Mesmo que a desocupação cresça nos meses próximos, a maior parte do espaço ainda assim será azul.

Gráfico 2 – Taxa de Desocupação (%) – PNAD Contínua/IBGE – Jan-Fev-Mar/2012 a Jun-Jul-Ago 2020



A análise tradicional tem uma limitação importante: deixa de fora uma parcela muito grande de indivíduos, os que não trabalham e não procuram trabalho, mas estão em idade de trabalhar. São os que a literatura designa como “fora da força de trabalho”.

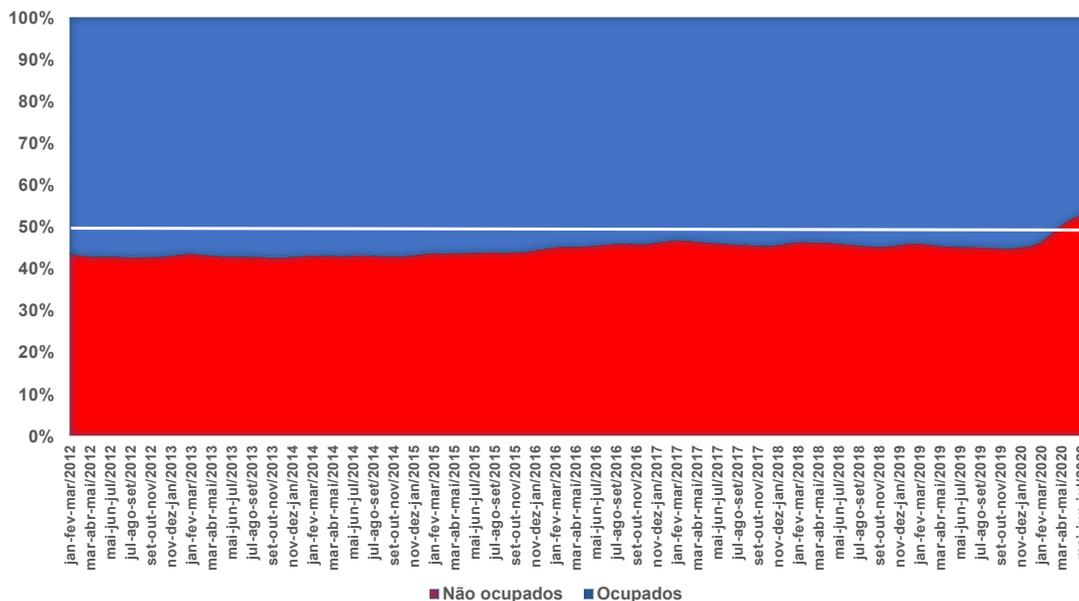
Muitas pessoas deixam a condição de ocupados e passam diretamente para a condição de fora da força de trabalho, fluxo que não é captado nos Gráficos 1 e 2. Por essa razão, muitos economistas têm proposto uma maneira alternativa e ao mesmo tempo

complementar para analisar a desocupação. A ideia é muito simples: criar um novo conceito, o da “não ocupação” que inclui todos os que não trabalham, tanto os desocupados quanto os que estão fora do mercado de trabalho. O Gráfico 3 a seguir apresenta essa

perspectiva alternativa e mostra uma cena bem mais completa e dramática que a anterior. A área vermelha representa os não ocupados, parcela abaixo dos 50% da população em idade de trabalho. Esta parcela se mostra continuamente crescente desde

2012 e apresenta um salto rápido e significativo na pandemia. Nos meses recentes, pela primeira vez, tivemos, entre os indivíduos com idade de trabalhar, uma proporção maior de não ocupados do que de ocupados.

Gráfico 3 – Taxa de Não Ocupação (Iceberg) – PNAD Contínua/IBGE – Jan-Fev-Mar/2012 a Jun-Jul-Ago 2020



2 Alguns Impactos da Pandemia

A pandemia atingiu diferentemente os trabalhadores formais e os informais, tanto no *timing* quanto na magnitude dos impactos. Nos primeiros meses, os informais foram atingidos mais duramente que os formais. Apenas a partir do trimestre maio-junho-julho, a quantidade de desligamentos dos formais superou a de informais (Tabela 1).³ Mesmo assim, o total de desligamentos formais (5.217 mil) foi inferior ao de informais (5.589 mil), ao final do período.

Tabela 1 – Variação mensal de ocupados e não ocupados na pandemia (quantidades x 1.000)

Trimestre	Formais	Informais	Não ocupados
Dez-jan-fev	-212	-360	634
Jan-fev-mar	-211	-832	1.851
Fev-mar-abr	-767	-1.583	3.606
Mar-abr-mai	-1.010	-1.561	3.937
Abr-mai-jun	-1.060	-1.158	2.898
Mai-jun-jul	-1.245	-234	1.514
Jun-jul-ago	-712	139	849
Total	-5.217	-5.589	15.289

Entre os ocupados formais, a perda chegou a -9,3%, enquanto entre os informais chegou a -12,3% (Tabela 2). Tanto a Tabela 1 como a Tabela 2 mostram que o crescimento da parcela de não ocupados é maior que a soma dos desligamentos de formais e informais. Isso ocorre porque, além do fluxo dos ocupados para

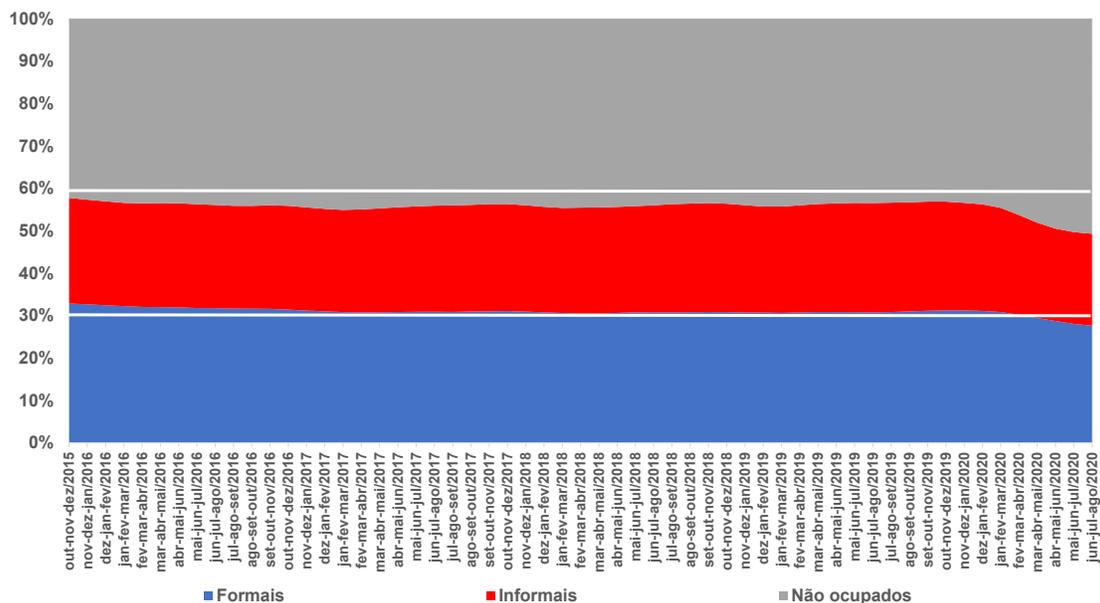
os não ocupados, este segmento é acrescido também pelo fluxo dos novos indivíduos que chegam à idade de trabalhar. O resultado final durante o período coberto é um crescimento de 15,3 milhões de indivíduos não ocupados (Tabela 1), equivalente ao aumento de 19,7% neste contingente (Tabela 2).

Tabela 2 – Variação Mensal e Total de Ocupados e Não Ocupados na Pandemia (Porcentagens)

Trimestre	Formais	Informais	Não ocupados
Dez-jan-fev	-0,4%	-0,8%	0,8%
Jan-fev-mar	-0,4%	-1,8%	2,4%
Fev-mar-abr	-1,4%	-3,5%	4,6%
Mar-abr-mai	-1,8%	-3,4%	5,1%
Abr-mai-jun	-1,9%	-2,6%	3,7%
Mai-jun-jul	-2,2%	-0,5%	1,9%
Jun-jul-ago	-1,3%	0,3%	1,1%
Total	-9,3%	-12,3%	19,7%

O Gráfico 4 desagrega os ocupados em formais e informais e permite a visualização dos impactos referidos nas duas tabelas, claramente maior no caso dos informais.

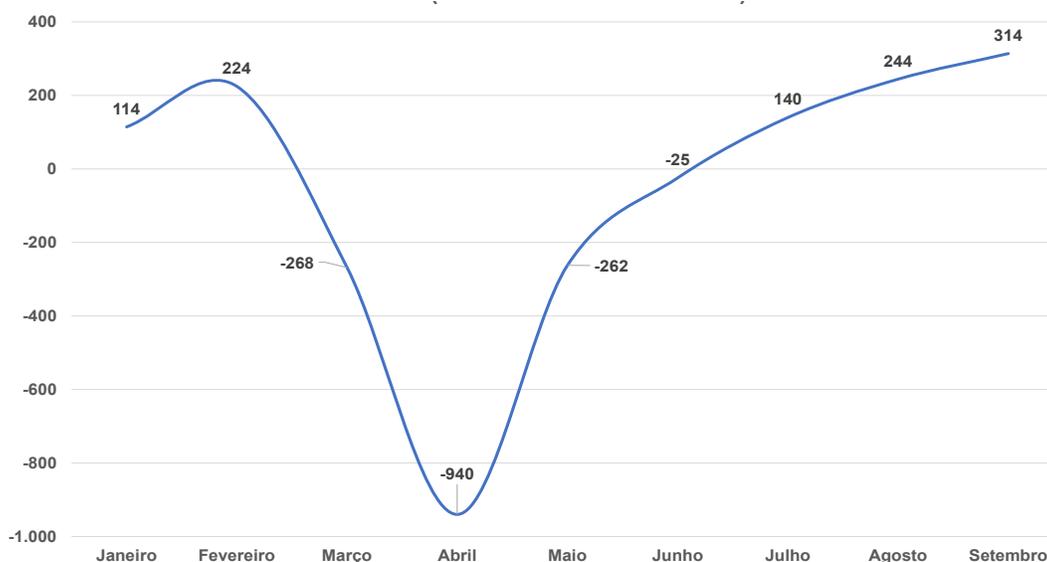
Gráfico 4 – Formais, Informais e Não Ocupados – PNAD/IBGE – Out-Nov-Dez/2015 a Jun-Jul-Ago 2020



Para completar a avaliação preliminar dos impactos, apresenta-se o Gráfico 5, que traz a variação do emprego CLT, segundo o Caged (aqui sim, o termo emprego é apropriado, pois se trata de empregados com carteira de trabalho). O Gráfico mostra que o ano de 2020 tinha começado relativamente bem,

com variações positivas, mas a partir de março as variações se tornaram negativas, com a maior perda ocorrendo em abril. A partir daí o Caged mostra uma significativa recuperação. As marcas negativas foram diminuindo e substituídas por ganhos positivos de grande magnitude.

Gráfico 5 – Variação do Emprego CLT (x1.000) – Caged (Janeiro a Setembro/2020)



3 A Negociação da Manutenção do Emprego

As previsões iniciais para o impacto da pandemia sobre a taxa de desocupação e particularmente sobre a ocupação formal eram bastante pessimistas. Mesmo quando ficou clara a maciça adesão aos mecanismos negociados de manutenção do emprego CLT, criados pela Lei 10.020, previa-se que a partir de setembro haveria uma enorme onda de demissões. Felizmente, as previsões não se confir-

maram. Uma das razões, muito provavelmente, foi a segurança jurídica criada pela mencionada Lei 10.020, que permitiu a negociação individual dos mecanismos de redução de jornada e salário e/ou de suspensão do contrato de trabalho. A Tabela 3 a seguir mostra a expressiva adesão a estes mecanismos. Quando escrevamos este texto, o Ministério da Economia indicava a existência de 19,6 milhões de acordos, envolvendo 9,8 milhões de empregados e 1,5 milhões de empresas.

Tabela 3 – Negociações Individuais para Manutenção de Empregos

Acordos realizados	19,6 milhões
Trabalhadores envolvidos	9,8 milhões
Empresas envolvidas	1,5 milhões
Número médio de empregados das empresas envolvidas	6,7 empregados

Fonte: Ministério da Economia. Disponível em: <https://servicos.mte.gov.br/bem/#como-funciona>. Acesso em: 22 nov. 2020 às 19:00 h.

Estes dados indicam duas coisas. Primeiro, que as empresas fizeram, em média, dois acordos com cada empregado. Isso ocorreu, provavelmente, porque o governo alongou o prazo de validade durante a pandemia e as empresas puderam negociar extensões dos primeiros acordos. Segundo, o tamanho médio das empresas envolvidas (6,7 empregados) indica que o público que aderiu aos acordos individuais é constituído de micro e/ou pequenos empreendimentos, os quais, de outra forma, não teriam como manter seus empregados.

As empresas maiores sabem e podem negociar coletivamente os mesmos arranjos e este caminho foi

adotado também em um grande número de casos. A Tabela 4 a seguir mostra que o Projeto Salariômetro da Fipe tinha registrado, até o fechamento deste texto, 4.194 negociações, sendo 3.753 acordos coletivos e 441 convenções coletivas. A fonte de dados utilizada não informa a quantidade de trabalhadores cobertos, mas pode-se supor que devem passar de um milhão de indivíduos, os quais devem ser adicionados à quantidade referida na Tabela 3 acima. Trata-se, portanto, de uma política pública que, mesmo tendo que ser improvisada para atender à urgência da situação, foi muito bem desenhada e muito bem-sucedida.

Tabela 4 – Negociações Coletivas Para Manutenção de Empregos - Abril a Novembro/2020

Mecanismo negociado	Acordos coletivos		Convenções coletivas		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Redução de jornada e salário e suspensão do contrato de trabalho	1.435	38,2%	336	76,2%	1.771	42,2%
Somente redução de jornada e salário	1.350	36,0%	75	17,0%	1.425	34,0%
Somente suspensão do contrato de trabalho	968	25,8%	30	6,8%	998	23,8%
Total	3.753	100,0%	441	100,0%	4.194	100,0%

Fonte: Projeto Salariômetro da Fipe, com instrumentos coletivos baixados da página Mediador do Ministério da Economia.

4 Considerações finais

Para concluir, destaco dois aspectos. Primeiro, se a recuperação da atividade econômica persistir, teremos um crescimento da ocupação, tanto a formal quanto a informal. Paradoxalmente, teremos simultaneamente um crescimento da desocupação, pois muitos dos que hoje se tornaram sem ocupação migrarão para a procura de trabalho e se tornarão

desocupados visíveis. A ocupação crescerá e junto com ela crescerá a taxa de desocupação. Segundo, mesmo que tenhamos uma recuperação vigorosa, parece impossível criar no curto prazo ocupações suficientes para 10 milhões de não ocupados levados a essa condição na pandemia. Portanto, será muito importante que o governo mantenha algum programa de transferência de renda e continue a assistir as famílias mais carentes nos próximos anos.

- 1 O IBGE substituiu os termos “empregado” e “desempregado” por “ocupado” e “desocupado”, respectivamente. A razão é muito simples: uma pessoa pode não ter um emprego, mas isso não quer dizer que não tenha uma ocupação. O exemplo mais óbvio é o do trabalhador por conta própria, que não tem “emprego”, mas não está “desempregado”. Este trabalhador está ocupado. Os termos que o IBGE adotou cobrem todas as situações, enquanto os termos antigos cobriam apenas uma situação particular.
- 2 Pela mesma razão, o IBGE substituiu o termo “salário” por “rendimento do trabalho”.
- 3 Os formais são: empregados com carteira, funcionários públicos, empregadores com CNPJ e conta própria com CNPJ. Os informais são: empregados sem carteira, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhadores auxiliares da família.

() Professor Sênior da FEA/USP e Coordenador do Projeto Salariômetro da Fipe. (E-mail: hzy@hzy.com.br).*